BÁRBARA NÓBREGA MANGIERI
bmangieri@jj.com.br

IPTU de Itatiba

A cidade de Itatiba também possui um projeto sobre o pagamento do Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU), em tramitação na Câmara. A Comissão de Economia e Finanças da Casa debateu a proposta na tarde desta terça (5). A propositura agora aguarda inclusão na ordem do dia, que deve ocorrer ainda este ano, ou seja, muito em breve.

Debate secreto

A Proposta de Emenda à Lei Orgânica nº 138, do vereador de Jundiaí Edicarlos Vieira (PSD), que proíbe a prefeitura de adquirir ou alugar imóvel de servidor público, cônjuge ou parentes em caso de licitação, foi adiada após o vereador pedir suspensão durante a sessão de terça (5) para discutir o projeto de forma privada com os demais parlamentares no salão nobre. Ele retornou à sessão dizendo que o projeto precisava de ajustes.

Itupeva

A Escola do Legislativo de Itupeva promove palestra no próximo dia 14, às 19h, sobre Reforma Trabalhista, com a especialista Silvia Martins. Ela vai abordar as principais questões relacionadas ao tema e esclarecer dúvidas dos participantes, que prometem comparecer em peso ao evento. "Queremos que esta Casa de Leis realmetne vire um espaço para discutir os rumos da sociedade", afirma Eri Campos (PSB), presidente da Câmara.

➤ IPTU

Última correção do imposto foi feita em 1998 e, de lá para cá, ele foi corrigido com base apenas no INPC

Atualização chega à Câmara e Prefeitura quer justiça fiscal

DA REDAÇÃO
redacao@jj.com.br

Com o objetivo de promover a justiça fiscal no município, a Prefeitura de Jundiaí enviou à Câmara esta semana um pedido de autorização para a atualização em até 25% da Planta Genérica de Valores (PGV), utilizada como base para o cálculo do Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU). A medida visa corrigir distorção existente na cobrança do imposto, uma vez que a última atualização da tabela ocorreu em 1998.

O gestor da Unidade de Governo e Finanças (UGGF), José Antonio Parimoschi, explica que a atualização se faz necessária porque, ao longo dos últimos 20 anos, os imóveis se valorizaram em níveis muito mais elevados do que a correção aplicada no valor venal, que foi feita anualmente seguindo o Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC). "A tributação com base em valores desatualizados ou índices de inflação é fonte de distorções. Sua aplicação por períodos longos produz desigualdade e injustiça fiscal", aponta.

Após uma minuciosa análise, a UGGF verificou grandes desequilíbrios na cobrança do imposto em Jundiaí. Apenas para citar um exemplo, foi encontrado um imóvel na Chácara Urbana com valor venal de R$ 176 mil, mas com valor de mercado estimado em R$ 1,2 milhão, ou seja, uma defasagem de 600%. "Há casos em que a defasagem chega a mais de 4.000%. É preciso considerar, também, os descontos que são aplicados no valor do imposto a cada cinco anos por conta do fator de depreciação do imóvel, o que reduz o valor final pago pelo contribuinte", acrescenta Parimoschi.

A atualização dos valores da PGV também vem sendo avaliada em cidades maiores e do mesmo porte de Jundiaí. Em Campinas, por exemplo, a Câmara autorizou aumento de até 30% para 2018 e de 10% para os dois anos seguintes. Já em Ribeirão Preto, o aumento proposto para 2018 é de 50%, seguido de 25% em 2019 e 2020. "Cabe lembrar que a arrecadação efetiva do IPTU é uma exigência da Lei de Responsabilidade Fiscal. O dever do administrador é manter o equilíbrio entre receita e despesa, impondo um rígido controle entre o que arrecada e gasta".

GESTOR Parimoschi fez questão de reforçar que a Prefeitura de Jundiaí chega ao final de 2017 sem pagamentos em atraso

Dívidas

O gestor lembra que a atual Administração recebeu a prefeitura com uma dívida de R$ 92 milhões, entre encargos trabalhistas e fornecedores - fruto do mau gerenciamento dos recursos públicos pela gestão passada - e sem recursos no orçamento inclusive para prestação de serviços essenciais à população e com rombo de cerca de R$ 100 milhões. "Fizemos um escalonamento dos débitos no início do ano e todos os compromissos estão sendo quitados rigorosamente em dia", continua Parimoschi.

Após um ajuste fiscal focado no corte das despesas e mais eficiência de algumas receitas, o equilíbrio financeiro vem sendo alcançado gradativamente. Este mês, além dos salários, os servidores municipais receberam em dia o vale-alimentação com o bônus de fim de ano e o 13º. "É uma injeção de R$ 115 milhões na economia de Jundiaí e Região que servirá para estimular mais vendas e mais empregos. Chegamos ao final do ano com a prefeitura sem nenhum pagamento em atraso, inclusive das dívidas herdadas", finalizou o gestor. De janeiro a outubro deste ano, a prefeitura pagou R$ 91,8 milhões em dívidas herdadas da administração passada.

Com a atualização da PGV, a prefeitura direcionará no mínimo 25% para investimentos na Educação, 15% para a qualificação da saúde e o restante exclusivamente para a melhoria na prestação dos demais serviços públicos, fazendo valer a prioridade da atual gestão. Para este ano, a expectativa é arrecadar R$ 163, 8 milhões com o tributo.

Câmara

O presidente da Câmara de Jundiaí, Gustavo Martinelli (PSDB), afirmou que o projeto está em tramitação e não divulgou a data para sua inclusão na pauta do dia e votação. A Casa só possui mais duas sessões em dezembro, dias 12 e 19.